CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARTA MARIA DOS SANTOS TOMÉ

**O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E AS DIFICULDADES
PARA COMPROVAÇÃO DO REQUISITO FINANCEIRO FRENTE À DIGNIDADE
DA PESSOA HUMANA**

Juazeiro do Norte
2019

MARTA MARIA DOS SANTOS TOMÉ

**O BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E AS DIFICULDADES
PARA COMPROVAÇÃO DO REQUISITO FINANCEIRO FRENTE À DIGNIDADE
DA PESSOA HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Direito do Centro Universitário
Dr. Leão Sampaio, como requisito para a
obtenção do grau de bacharelado em Direito.
Orientadora: Prof. Mestra Danielly Pereira
Clemente

Juazeiro do Norte
2019

MARTA MARIA DOS SANTOS TOMÉ

**O BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E AS DIFICULDADES
PARA COMPROVAÇÃO DO REQUISITO FINANCEIRO FRENTE À DIGNIDADE
DA PESSOA HUMANA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Graduação em Direito do Centro Universitário
Dr. Leão Sampaio, como requisito para a
obtenção do grau de bacharelado em Direito.

Aprovado em: 05/12/2019

BANCA EXAMINADORA

DANIELLY PEREIRA CLEMENTE
Orientador(a)

RAWLYSSON MACIEL MENDES
Avaliador

FRANCISCO THIAGO DA SILVA MENDES
Avaliador

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E AS DIFICULDADES PARA COMPROVAÇÃO DO REQUISITO FINANCEIRO FRENTE À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Marta Maria dos Santos Tomé¹
Danielly Pereira Clemente²

RESUMO

Este trabalho faz uma análise sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), especificamente o critério financeiro para a sua concessão, a partir da dignidade da pessoa humana. Para a concessão do benefício se faz necessário a presença de dois requisitos ou critérios que são a idade mínima de 65 anos ou doença incapacitante e o requisito financeiro, que é a renda per capita de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Para atingir o objetivo geral entende-se que é necessário, inicialmente, compreender os aspectos gerais da dignidade humana, assim como deve-se também estudar a assistência social positivada na constituição, bem como a Lei Orgânica da Assistência Social, e os requisitos analisados para aferição de miserabilidade necessários para a concessão do benefício. Será feita uma análise de como é feita a aferição de miserabilidade no âmbito administrativo e na esfera judicial. No decorrer do trabalho, será visto o entendimento da doutrina e da jurisprudência acerca do tema. Em seguida se esses requisitos ou critérios estão de acordo ou não com a dignidade humana preconizada a partir do neoconstitucionalismo.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada. Requisito financeiro. Dignidade humana.

ABSTRACT

This paper analyzes the Continuous Benefit Benefit (BPC-LOAS), specifically the financial criterion for its concession, based on the dignity of the human person. The granting of the benefit requires the presence of two requirements or criteria that are the minimum age of 65 or disabling disease. In order to reach the general objective, it is understood that it is necessary, initially, to understand the general aspects of human dignity, as well as to study the social assistance positivized in the constitution, as well as the Organic Law of Social Assistance, and the requirements analyzed for benchmarking necessary for the granting of the benefit. An analysis will be made of how the measurement of miserability is made at the administrative and judicial levels. In the course of the work, will be seen the understanding of doctrine and jurisprudence on the subject. Then whether or not these requirements or criteria are in accordance with the human dignity advocated from neoconstitutionalism.

Keywords: Continuous Benefit Benefit. Financial requirement. Human dignity.

¹Discente do curso de Direito da UNILEÃO. Email: marthasanthus@hotmail.com

²Docente do curso de Direito da UNILEÃO. Email: daniellyclemente@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar se os critérios para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) estão de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana esculpido na Constituição Federal, especificamente em seu requisito financeiro que estipula a renda máxima por pessoa do núcleo familiar em $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Por conta da Autarquia Federal responsável por conceder e administrar o BPC se limitar a cumprir o critério financeiro estabelecido na lei, sem uma análise social mais aprofundada da real situação de vulnerabilidade social do indivíduo, ocorre uma crescente demanda judicial sobre o assunto.

Esse procedimento se torna ainda mais difícil quando a pessoa necessitada reside em cidades do interior ainda sem a defensoria pública federal para ter assistência gratuita. Nesses locais, o indivíduo idoso ou deficiente, por falta de informação e orientação necessárias no momento de pleitear o benefício, após o indeferimento muitos permanecem inertes por entenderem que se foi “negado” pelo INSS não tem outro meio de conseguir. Outros, mais esclarecidos, por terem a noção que trata-se de um direito, buscam a Defensoria Pública Federal para que se dê início à demanda judicial. Nos locais onde não há a assistência pela Defensoria Federal, a solução é a busca por advogado particular.

Este tema é de grande relevância pois envolve um dos mais significativos princípios do ordenamento jurídico, o da Dignidade da Pessoa Humana, e assim, atinge grande parcela da sociedade, tendo em vista o grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, por motivo de doença, que as incapacita para o trabalho, de onde tirariam o próprio sustento, ou por conta da idade avançada, 65 anos ou mais, o que dificulta muito (porque não dizer inviabiliza totalmente) a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Para a análise, inicialmente trataremos sobre a dignidade da pessoa humana a partir do pensamento *jusfilosófico*, e para tal, foi realizado um estudo acerca do entendimento de Dignidade Humana através da *jusfilosofia*, no seu aspecto amplo que alcança a expressão qualidade de vida.

No tocante ao objeto de estudo da presente pesquisa, a análise da dignidade da pessoa humana no que se refere a qualidade de vida enquadra perfeitamente o entendimento que é o mínimo material para o exercício da vida, no caso, vida digna.

Nesse sentido compreende-se “que a dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida” (SILVA, 2007, p.148). Trazendo para o cotidiano, é o indivíduo sentir que está inserido na sociedade e não à margem dela.

Em seguida compreenderemos a forma que está positivada na Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais, e no inciso III e no o art. 6º que trata sobre os Direitos Sociais, bem como o art. 203 que trata da Assistência Social, conjuntamente com a visão da doutrina e jurisprudencial.

Para o estudo do objeto da pesquisa também é necessário compreender a Lei 8.742 de 7 de Dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que no Caput do seu artigo 1º dispõe que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva. (BRASIL, 1993)

Ao longo do presente trabalho será estudado de que forma a Autarquia Federal INSS, que é responsável pela administração do referido benefício, quando do recebimento de requerimentos administrativos do BPC/LOAS, confere rigorosamente o critério financeiro estabelecido na lei e por consequência indefere qualquer benefício que não esteja em consonância com o dispositivo legal, não fazendo uma análise social de forma individualizada para fins de constatação da vulnerabilidade social (miserabilidade) do núcleo familiar.

Por último será investigado se o requisito financeiro atende a dignidade da pessoa humana esculpida dentro da política de amparo social.

A Seguridade Social vem definida no caput do art. 194 da CF/88 como sendo o conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1988)

Com esse entendimento, pode-se afirmar que a Seguridade é um sistema de proteção social aos indivíduos contra circunstâncias que os impeçam de prover suas necessidades, tudo isso fundamentado pelo princípio da dignidade humana.

Dentro do que supracitado dispositivo legal será feita uma análise de forma a saber se um indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade social por motivo de doença ou da idade consegue, viver de forma digna, de acordo com o preceitos constitucionais de dignidade da pessoa humana, com uma renda mensal de *per capita* até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Para tal será verificado se $\frac{1}{4}$ de salário mínimo

seria suficiente para garantir os mínimos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 como versa em seu artigo 6º sobre os direitos sociais. Nele podemos ver que são direitos sociais, tais como o direito a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, entre outros. A assistência aos desamparados se enquadra no cerne desse artigo.

Como visto, o tema vai além da análise de um dispositivo legal, vai à questão do mínimo necessário para a sobrevivência em condições dignas e isso está ligado diretamente à qualidade de vida, porém no sentido de vida digna, não apenas sobrevivência.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de artigo científico da área das Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Direito no ramo do Direito Previdenciário. Trata-se de pesquisa básica, pois buscará aprofundar um conhecimento já existente na literatura mas não tem a pretensão de esgotar a temática. De acordo com Gil (1999, p. 42) este tipo de pesquisa “procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas.”

Quanto aos objetivos, é exploratória, pois tem como objetivo identificar melhor, em caráter de sondagem, um fato ou fenômeno, tornando-o mais claro e propor problemas ou até hipóteses. (GIL, 2007).

Quanto à abordagem é qualitativa, pois de acordo com Minayo (1994) a abordagem é a que melhor se coaduna ao reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

Quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica, pois conforme Marconi; Lakatos (2011, p. 43) sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito sobre determinado assunto. A investigação será realizada por meio de artigos jurídicos, doutrina, revistas jurídicas, jurisprudência, normas constitucionais e infraconstitucionais, com autores como Fábio Renner, Maria Cristina Renon, Ingo Wolfgang Sarlet, Luís Roberto Barroso, entre outros.

3 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA, EVOLUÇÃO E NOVAS ACEPÇÕES

Conceituar dignidade humana é muito difícil, está ligada diretamente ao ser, a pessoa. De acordo com Sarlet (2011), o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada já

fazia as primeiras referências a Dignidade Humana quando citava o homem como imagem e semelhança de Deus, fazendo com isso uma ligação do homem a uma divindade suprema.

Consoante entendimento de Renner (2016) é fundamental compreender o significado de dignidade humana para que se possa alcançar toda a complexidade histórica que acompanha a evolução, que foi falado inicialmente na Bíblia e vem passando por todas as fases históricas da evolução humana. Destarte, entender que o seu reconhecimento de forma efetiva pelo Estado é uma busca constante dos indivíduos e da sociedade como um todo, e vem acompanhando a evolução dos estudos em todas as áreas no decorrer do tempo, pois reconhecer o valor da pessoa humana encontrava raízes no pensamento clássico, bem como na reflexão teológica.

A filosofia clássica elaborava um significado para a dignidade humana fundada na posição ocupada pelo indivíduo na sociedade, assim como o seu grau de reconhecimento pelos demais membros da sociedade.

Ou seja, é algo semelhante a que haveriam pessoas mais dignas e outras menos dignas, de acordo com a posição que ocupassem.

Nesse mesmo sentido, Luís Roberto Barroso (2016), quando fala sobre a origem e a evolução da dignidade humana, cita que

Em uma linha de desenvolvimento que remonta a Roma antiga, atravessa a Idade Média e chega até o surgimento do Estado liberal, a dignidade – dignitas – era um conceito associado ao status pessoal de alguns indivíduos ou a proeminência de determinadas instituições. (BARROSO. 2016, p.13)

Ou seja, algumas pessoas eram mais dignas que outras, ou até, algumas pessoas possuíam dignidade e outras não.

No período Medieval, a filosofia Aquiniana que era o mais importante pensamento da época, partia da mesma ideia de pessoa formulada por Boécio, que definia pessoa como “substância individual de natureza racional” (LACERDA, 2010). Dessa forma definia o homem como ser racional porque dominava os seus atos e agia por si mesmo e não pelo comando de outros, por isso era superior aos demais seres, e a esta superioridade ele chamava dignidade. Para Tomás de Aquino, a dignidade vem da racionalidade.

Já no pensamento Kantiano, o conceito de dignidade que lhe antecede, que foi construído sobre a influência de Boécio ligado à razão, afirma que “a pessoa já não é uma exterioridade, ou o papel que desempenha na sociedade, mas a própria substância do homem”. (RIBEIRO, 2016)

Para o pensamento Kantiano, a razão é o cerne, e assim, todo ser racional tem dignidade,

Ou seja, que possuem um fim em si mesmos e não podem portanto ser utilizados como meio para se atingir determinada finalidade, firmou o conceito de dignidade da pessoa humana. E a causa da dignidade humana nada mais é do que a simples presença da razão. (RIBEIRO, 2016)

Sob outra ótica, Kant relaciona a dignidade humana com a autonomia da vontade, no sentido que o ser humano só é plenamente livre na medida em que deve respeito à lei universal. Desta forma pode-se afirmar que a dignidade da pessoa humana em Kant não tem qualquer ligação com nenhuma explicação de Deus “ao situar a razão ao mesmo tempo como origem e limite da dignidade, colocando o ser racional numa posição antropocêntrica relativamente ao tema”. (RIBEIRO, 2016, p.15).

O reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Aquilo que tem preço pode ser substituído por algo equivalente: mas quando uma coisa está acima de todo preço, e, portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade. (Kant, 2005, p. 85).

As Constituições que antecedem a de 88, quatro foram promulgadas, duas foram impostas, sendo que uma foi aprovada pelo congresso, porém era no período do regime militar.

Conforme entendimento de José Afonso da Silva (2001), A concepção atual de dignidade humana já podem ser encontrados nestas constituições, como pode ser observado no art. 179 da Constituição de 1824, onde garantia a inviolabilidade de direitos. Na de 1891 também estão presentes dispositivos diretamente ligado ao atual conceito de dignidade humana, no caso, o artigo 72, com o instituto do *habeas corpus*.

A Constituição de 1934 por sua vez, garante diversos direitos relacionados à dignidade da pessoa humana, trazendo a novidade que é um capítulo intitulado Dos Direitos e das Garantias Individuais. (SILVA, 2001)

Já na Constituição de 1967 encontra-se, não apenas a ideia, ou semelhança, mas a própria expressão dignidade humana, em seu artigo 157, inciso II, que prescreve: “valorização do trabalho como condição da dignidade humana” (BRASIL, 1967). É inegável a influência da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, bem como da positivação do princípio pela constituição alemã de 1949. (BRASIL, 1967)

A partir da segunda metade do século XX, conforme Luiz Roberto Barroso (2016) surge o movimento denominado neoconstitucionalismo. Trata-se de um movimento que visa revalorizar o Direito Constitucional, revendo o papel da constituição no sistema jurídico, ou seja, é uma nova forma de estudar o direito com ênfase na valorização dos direitos humanos, visando garantir dentro desses direitos, a dignidade humana.

Para Luiz Roberto Barroso (2016), o marco histórico do novo constitucionalismo se deu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Alemanha e Itália. Já no Brasil foi o processo de redemocratização da Constituição de 88.

Conforme entendimento de Carvalho (2013), os direitos humanos e fundamentais podem ser compreendidos a partir da dignidade da pessoa humana, que é onde está o seu fundamento material. Desta forma, o Estado tutela a dignidade, tendo como fim, a felicidade de toda a sociedade.

No Brasil não foi diferente da Europa. O novo constitucionalismo se deu em momento pós ditadura, período que se buscava a redemocratização do Estado. Foi então que se iniciou o processo de elaboração e promulgação da Constituição de 1988.

Com o fim do regime militar, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo de elaborar uma nova Constituição que se aproximasse mais da realidade social vivida na época. Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo nela um novo eixo jurídico, ampliando liberdades e os direitos e garantias fundamentais.

É uma constituição que, apesar de muitas emendas, desde a sua promulgação até o momento atual, vem mantendo a sua supremacia no Ordenamento Jurídico. Desde que passou a vigorar o Brasil já passou por algumas situações adversas e em nenhuma delas foi observado ameaça a sua estabilidade, sempre foi no sentido respeito à legalidade constitucional.

Para Luís Roberto Barroso (2005), após a Constituição de 88, O direito constitucional no Brasil passou da desimportância ao apogeu em menos de uma geração. E segue afirmando que

Uma Constituição não é só técnica. Tem de haver, por trás dela, a capacidade de simbolizar conquistas e de mobilizar o imaginário das pessoas para novos avanços. O surgimento de um sentimento constitucional no País é algo que merece ser celebrado. Trata-se de um sentimento ainda tímido, mas real e sincero, de maior respeito pela Lei Maior, a despeito da volubilidade de seu texto. É um grande progresso. Superamos a crônica indiferença que, historicamente, se manteve em relação à Constituição. E, para os que sabem, é a indiferença, não o ódio, o contrário do amor. (BARROSO, 2005, p.5)

A principal característica do novo constitucionalismo é a ideia de valoração da constituição, é extrair do texto constitucional o seu sentido de valor fundado principalmente na dignidade da pessoa humana, conforme se observa no texto constitucional no artigo 1º, inciso III que traz expresso a dignidade da pessoa humana como um direito fundamental.

Como visto, a dignidade humana foi positivada na Constituição Federal de 88 não apenas como um direito, mas em seu Título I que dispões sobre os Princípios Fundamentais.

Chamada de Constituição Cidadã, a Carta Magna de 88 trouxe também em seu texto, além do artigo 1º onde expressamente cita a dignidade humana, trouxe em seu Título II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, no Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o art. 5º que assegura em todos os seus incisos direitos e garantias fundamentais, tais como a igualdade, direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, entre outros, todos levando ao entendimento da importância da proteção à dignidade humana. (BRASIL, 1988).

4 A ASSISTENCIA SOCIAL

A Seguridade Social trata-se de um conjunto de assistência, saúde e previdência, que juntos formam o sistema da Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição de 1988.

A Previdência Social, consiste em um seguro social, garantindo somente aqueles que contribuem os benefícios previstos. MASSAYUKI (2013)

A Saúde, conforme dispõe a Constituição Federal, é parte do sistema de Seguridade Social, que é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

Conforme Augusto Massayuki (2013), trata-se de direito subjetivo público. O Estado tem o dever de prestá-lo, independentemente de contribuição.

Segue a filosofia de Seguridade Social, diferentemente do que ocorre com a Previdência Social, que consiste em seguro social. Insere-se no contexto dos direitos fundamentais, com o intuito de cumprir o princípio da dignidade humana. Por isso constitui um dos serviços públicos mais importantes. Em vista de sua relevância, as ações e serviços de saúde são regulamentadas, fiscalizadas e controladas pelo Poder Público. (TSUTYIA, 2013,, p.54)

Partindo do texto Constitucional que demonstra clara preocupação na proteção da dignidade da pessoa humana, veremos os artigos 6º e 203 do mesmo diploma legal, os quais tratam, respectivamente, sobre os Direitos Sociais e da Assistência Social.

No artigo 6º estão os direitos a educação, saúde, alimentação, trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Já o artigo 203 traz que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, bem como a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

De acordo com entendimento de Augusto Massayuki (2013) a Assistência Social desenvolveu-se no período como retaguarda, principalmente da área da Saúde, como complementação do tratamento. Como retaguarda de outras áreas, desenvolveram-se pretensiosas propostas de formação e colocação de mão de obra,

implantação de creches, melhoria de habitação, alfabetização de adultos e outros. A Assistência Social constitui-se num dos primeiros sistemas de proteção social, “instituída como forma de amenizar as agruras do proletariado explorado pela nobreza e depois pela burguesia” (MASSAYUKI, 2013, 53).

A Constituição Federal de 88 traz em seu art. 6º os direitos sociais, como sendo: o direito à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Sua função, segundo o doutrinador, é garantir a proteção aos que necessitem da tutela do Estado como forma de sobrevivência (MASSAYUKI, 2013). Ou seja, enquanto a previdência protege os que contribuem no momento de impossibilidade de trabalhar, a Assistência busca proteger aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social por estarem afastados do trabalho, por idade ou doença que os incapacita para tal, independente de contribuição.

Sérgio Pinto Martins (2013) traz uma definição de Assistência Social como sendo o “conjunto de princípios, de regras e de instituições destinadas a estabelecer uma política social aos hipossuficientes, por meio de atividades particulares e estatais, visando a concessão de pequenos benefícios e serviços, independentemente de contribuição por parte do próprio interessado.” (MARTINS, 2013. p.148)

Suas afirmações tem fundamento no art. 203 da Constituição Federal, segundo o qual dispõe que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Diante das garantias positivadas na Constituição, o Estado sentiu a necessidade de uma lei que tratasse especificamente da Assistência Social, foi quando em dezembro de 1993 foi promulgada a Lei de nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil.

Os princípios norteiam a LOAS estão previstos em seu art. 4º, que são: a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; a igualdade de direitos no acesso ao

atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; e a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL,1988)

Diante do que já foi visto, a LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social foi criada para dar especialidade ao tratamento da assistência social no Brasil, e para tal, seus princípios norteadores buscam garantir como fundamento absoluto, a dignidade humana através das políticas de assistência social a serem criadas obedecendo os critérios legais, com a finalidade de alcançar o que está previsto na lei.

O art. 1º dispõe que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

No art. 2º temos a proteção social visando garantir a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, especialmente no que se refere a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

O amparo às crianças e aos adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família também fazem parte do mesmo dispositivo.

A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais, bem como dispõe que para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL,1993)

Apesar de estar expresso no artigo 1º da LOAS que a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, e possível observar o caráter subsidiário da Assistência pelo Estado na leitura da alínea “e” do inciso I da expressão “(...) ou tê-la provida pela família”. (BRASIL,1993)

Ou seja, a assistência social que é dever do estado, é antes um dever da família e só depois de ser comprovado que a família não possui os meios de assistir aquela pessoa é que o dever passa para o Estado, que irá avaliar, a partir de critérios próprios, a necessidade daquela pessoa e daquela família.

Os requisitos para a concessão estão previstos no § 3º do art. 20 da LOAS, que considera aquela pessoa, idosa ou deficiente, que não tem condições de se manter nem de ser mantida pela família, cuja renda mensal bruta dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo.

O art. 20, §3o, da LOAS, que regulamenta o art. 203, inciso v, da Constituição Federal, estabelece que, para fins de recebimento de Benefício de Prestação Continuada-BPC, “considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa, a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo” (BRASIL,1993).

Desta forma, aquelas pessoas que possuem rendimento acima do critério estabelecido, tem seus requerimentos indeferidos administrativamente, e, por conseguinte, levado ao Judiciário suas demandas.

Em suas alegações afirmam que o critério de renda está em desacordo com o disposto na Constituição Federal, ocasionando assim, uma restrição ao seu direito constitucional de assistência social.

Por conta de tais demandas essa questão já foi, por diversas vezes, objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal e teve sua repercussão geral reconhecida e julgada no Recurso Extraordinário – RE de nº 567.985. Em sua decisão, o STF negou provimento ao recurso, mas não declarou a nulidade do texto. O entendimento do Ministro relator do caso foi no sentido que o critério de ¼ do salário mínimo por pessoa deve ser considerado constitucional, porém deixou para os juízes “a quo” analisar caso a caso. (STF, 2011, online)

Com isso o que se tem atualmente é uma decisão do judiciário no sentido que o critério de 1/4 continuará vigente e aplicável, mas sem excluir outros critérios ou provas que possam aferir a condição de miséria no caso concreto.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um dos mais importantes meios de proteção social existentes no Brasil, pois com a percepção mensal de um salário mínimo, a pessoa idosa ou deficiente passa a ter meios de ter uma vida mais digna.

Desde a sua criação, o BPC tem evoluído, pois do início da vigência da lei até a atualidade, sofreu algumas alterações, como a idade mínima, no caso dos idosos, e também ampliou o seu conceito de deficiência, (BRASIL, 1993).

Logo no início a idade mínima era 70 anos, depois 68, e atualmente, 65 anos, quanto ao conceito de deficiência, que além da questão médica especificamente, passou a incluir também, o contexto social. Sendo esse último dificilmente analisado pelo INSS, autarquia federal responsável para administração do benefício. Apesar de tais mudanças, o critério de renda de 1/4 do salário mínimo per capita ainda não foi objeto de alteração legislativa, apesar da apresentação dos mais de 53 projetos de lei propondo o aumento, mas que não obtiveram êxito devido ao apoio insuficiente nos poderes Executivo e Legislativo para sua aprovação.

Alguns especialistas criticam a forma absoluta de aplicação do referido critério de renda, nesse sentido Medeiros, Diniz e Squinca (2006), consideram que “uma linha de pobreza única que não considere particularidades das famílias é inadequada nesse caso. Esse tipo de linha tende a tratar do mesmo modo famílias que têm necessidades bastante diferentes” (MEDEIROS, DINIZ E SQUINCA, p. 17)

Seguindo desse raciocínio, a ampliação judicial da cobertura do BPC por meio da flexibilização do critério de renda é vista por alguns como um avanço na promoção do direito à assistência social, porém essa flexibilização só é possível na esfera judicial, pois na via administrativa não é feita essa análise extensiva da necessidade. Apesar da Lei 8.472/93 atribuir à União o encargo do Benefício de Prestação Continuada, a Autarquia Federal INSS, através do Decreto de nº 1.744/95 recebe a competência para conceder e administrar o benefício. Assim, ficou reservada ao INSS a operacionalização do benefício assistencial. “Daí porque a legitimidade do INSS para figurar no polo passivo das demandas que versem sobre o benefício social”. (ALENCAR, p. 564)

Como já citado, a análise extensiva com a flexibilização do critério financeiro é feita apenas na esfera jurídica, o que demanda um longo período de espera, que vai desde o requerimento administrativo, até a decisão pelo órgão judiciário competente, pois administrativamente, o INSS não faz essa análise, e em consequência desse fato, ocorre uma grande demanda judicial.

A pessoa que se encontra em situação de vulnerabilidade social, tendo a sua dignidade ofendida já de diversas formas, mais uma vez terá que suportar o longo período de espera. Atualmente o tempo de espera para o resultado de um

requerimento de benefício de qualquer espécie no INSS está variando entre 2 e 6 meses, (FOLHA, 2018). Após esse período, caso seja indeferido, inicia-se a demanda judicial que dura entre 1 e 2 anos, aproximadamente conforme relatório do CNJ (CNJ, 2018).

Vale ressaltar que todo esse procedimento se torna ainda mais difícil quando a pessoa necessitada reside em cidades do interior que ainda não tem a defensoria pública federal. Nesses locais, o indivíduo idoso ou deficiente, nem sempre tem acesso a informação e orientação necessárias no momento de pleitear o benefício e por essa razão, tem seus benefícios indeferidos.

Após o indeferimento, muitos permanecem inertes por entenderem que se foi “negado” pelo INSS não tem outro meio de conseguir. Outros, mais esclarecidos, por terem a noção que trata-se de um direito, buscam a Defensoria Pública Federal para que se dê início à demanda judicial. Nos locais onde não há a assistência Pela Defensoria Federal, a solução é a busca por advogado particular.

Como pode ser claramente observado, todo esse longo procedimento ocorre por falta da alteração no critério financeiro de forma expressa na lei, para que assim, a análise mais flexível que ocorre na esfera jurídica, possa ser feita também na via administrativa pelo INSS.

Em consequência de tudo isso, o que ocorre é uma grande enxurrada de processos judiciais. Damasceno e Souza, (2016), bem como, a pessoa já em situação de grande necessidade, ter que esperar ainda por um longo período. Alguns, já fragilizados de tal forma, sequer conseguem usufruir do benefício, pois morrem no decorrer do processo, e quando ao final lhe é dado o direito, a família é quem recebe o correspondente à data do requerimento administrativo até a sentença.

5 REQUISITO FINANCEIRO DO BPC FRENTE A DIGNIDADE HUMANA ESCULPIDO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Ao analisar o entendimento de filósofos e juristas sobre o princípio da dignidade humana, e como ele se apresenta na Constituição Federal, o objetivo da Lei de nº 8.472, Lei Orgânica da Assistência Social, e o requisito financeiro constante no parágrafo 3º do art. 20 da referida lei, torna-se claro que a finalidade da lei não está sendo alcançada no que se refere a dignidade humana.

Ao trazer de encontro todo o conteúdo contido na política de amparo social com a aplicação prática no momento da análise para a concessão do Benefício de Prestação Continuada, chega-se à conclusão de que referido requisito vai na contramão da dignidade humana esculpida na Constituição Federal, sendo portanto, inconstitucional.

Ademais, com a inserção do parágrafo 11 no art. 20 da lei, surge a ideia de melhoria no momento da concessão, mas na realidade nada mudou na via administrativa. No momento da análise de miserabilidade pelo INSS, o que é considerado é o critério de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa.

O princípio da dignidade humana, conforme já visto e em conformidade com o entendimento doutrinário e jurisprudencial, é algo intrínseco ao indivíduo.

O BPC é o direito constitucional ao indivíduo para a sua existência minimamente digna. O requisito financeiro com o limite de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo impossibilita qualquer pessoa do mínimo existencial, principalmente levando em conta que quando é preenchido o requisito da idade ou deficiência, já fica clara a necessidade daquele núcleo familiar, dado a idade para o caso dos maiores de 65, ou doença incapacitante, nos demais casos. No entendimento de Marisa Ferreira dos Santos (2011)

Não se pode perder de vista que o BPC é aquela parcela de proteção social que se consubstancia em benefício. E a CF quer que esse benefício seja a garantia da manutenção da pessoa com deficiência ou idosa que não tenha ninguém por si. E o fixou em um salário mínimo. O bem-estar social está qualificado e quantificado na CF: qualificado porque se efetiva com a implementação dos direitos sociais; quantificado porque a CF fixou em um salário mínimo a remuneração mínima e o valor dos benefícios previdenciários, demonstrando que ninguém pode ter seu sustento provido com valor inferior. Ao fixar em $\frac{1}{4}$ do salário mínimo o fato discriminante para a aferição da necessidade, o legislador elegeu discriminar inconstitucional porque deu aos necessitados conceito diferente de bem-estar social, presumindo que a renda per capita superior a $\frac{1}{4}$ do mínimo seria a necessária e suficiente para a sua manutenção, ou seja, quanto menos têm, menos precisam ter! Quantificar o bem-estar social em valor inferior ao salário mínimo é o mesmo que “voltar para trás” em termos de direitos sociais. A ordem jurídica constitucional e infraconstitucional não pode “voltar para trás” em termos de direitos fundamentais, sob pena de ofensa ao princípio do não retrocesso social [...] (SANTOS, 2011, p.105)

Assim, o legislador, ao eleger a renda per capita mensal familiar de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo como critério de verificação da necessidade de um indivíduo, foi de encontro a preceitos assegurados pela Constituição, pois foi capaz de expressar a quantia exata que entende ser suficiente para um indivíduo ter uma vida digna, e tal “quantia” diverge do que está estabelecido na constituição federal.

Estando ai presente o que o doutrinador chamou “ofensa ao princípio do não retrocesso social”, que pode ser entendido como a proibição do retrocesso, como também o impedimento ou entraves à evolução.

De acordo com informação divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo atual deveria ser R\$3.899,66 (três mil, oitocentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos). Isto porque o referido departamento denomina o salário mínimo como sendo o nominal, que é o que de fato existe, e o necessário, que seria o de valor suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. (DIEESE, 2019).

Diante de tal estatística, como imaginar uma família constituída por um casal, dois filhos, sendo que um desses filhos é deficiente, e que apenas um dos membros tem renda mensal de um salário mínimo, no caso o nominal, e que esse valor é suficiente para uma vida digna de todos.

Fica claro que nesse caso há de ser analisadas as necessidades no caso concreto. É evidente que um filho deficiente, por ter outras necessidades, vai ocasionar mais despesas que o outro que não tem deficiência, e por essa razão, surge a necessidade do entendimento mais flexível no caso específico, pela autarquia responsável pela operacionalização do benefício no momento do requerimento administrativo. Da mesma forma se fosse um idoso.

Como entender que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo nos dias atuais é suficiente para uma pessoa, em qualquer que seja a sua situação, é suficiente para que tenha uma vida digna, conforme dispõe a constituição, com direito a saúde, escola, moradia, lazer, (...).

Diante do que se pode analisar no presente trabalho, é do Estado o dever amparar os mais necessitados, de forma a garantir que tenha uma vida digna. Garantir que as pessoas menos favorecidas economicamente e financeiramente vivam com dignidade é uma das mais importantes atribuições do Estado.

A assistência social teve sua origem exatamente para amenizar a situação de miséria dos menos favorecidos.

O surgimento da Assistência Social emergiu da necessidade de amenizar o sofrimento do proletariado que era explorado pela burguesia. Assim, a Política de Assistência Social foi inscrita no campo democrático dos direitos sociais, garantindo densidade e visibilidade à questão. No entanto, o contexto do processo constituinte que gestou a Nova Constituição Federal foi marcado por grande pressão social, com crescente participação corporativa de vários setores e decrescente capacidade de decisão do sistema político. (FREITAS; RODRIGUES, 2019)

E sendo assim, conforme explica Felipe Mota Lopes (2014) “no Estado do Bem-Estar Social as ações estatais modernas não se limitam, por exemplo, ao campo previdenciário, mas também proporcionam ações em outros segmentos, como na área da Saúde e o na Assistência Social. É a Seguridade Social, grau máximo de proteção social.” (LOPES, p. 15)

Viver dignamente é um direito fundamental garantido pela constituição. Ressalte-se a proteção social deve ser voltada a todos que dela necessitem. Quanto à forma de conferir essa necessidade, deve ser observada de forma subjetiva, analisando caso a caso, sob pena de não ser feito o devido amparo social.

6 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizado estudo do entendimento *jusfilosófico* de dignidade humana, a forma que está positivada na constituição, as políticas de proteção e assistência social e a LOAS, com atenção especial para os critérios de concessão do BPC.

O critério financeiro, é sem dúvida alguma, a causa de muitas pessoas em situação e vulnerabilidade social viverem em condições indignas e à margem da sociedade na qual deveriam estar inseridas, o que torna, ao nosso entender, tal requisito como inconstitucional.

Ante todo o exposto é possível perceber a necessidade de mudança do requisito/critério financeiro, a jurisprudência do STF caminha no mesmo sentido, com decisões em que afirma a constitucionalidade do critério financeiro, mas que, no

entanto, deve ser analisada caso a caso, e que o magistrado tem a liberdade de flexibilizar o referido critério.

Surge após essas análises a observância do que podemos chamar da função social do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social. Quando o judiciário concede um benefício fora do que está estabelecido no critério financeiro, é como se estivesse protegendo e tentando alcançar a função social do benefício que é, no caso, a sua finalidade de erradicar a fome e a miséria entre os idosos a partir dos 65, e também das pessoas que possuem doenças incapacitantes para o exercício de atividades que possam lhe garantir o sustento.

Para que a finalidade do BPC possa ser alcançada de forma satisfatória, sem a necessidade da demanda judicial, (o que diminuiria muito o tempo de espera da pessoa necessitada) é fundamental a modificação do critério financeiro.

Com a alteração do texto legislativo, a autarquia responsável pela concessão do benefício teria que cumprir o que está ali estabelecido, e assim, as chances de concessão na esfera administrativa seriam muito maiores. Já foi tentado uma forma de resolver tal situação, quando foi acrescido ao art. 20, o 11º parágrafo, porem nada mudou na análise administrativa para concessão.

Dessa forma, buscando oferecer uma melhor qualidade de vida as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como diminuir a sobrecarga de processos no judiciário, que o legislativo também cumpra com a sua atribuição primeira, no sentido da alteração do dispositivo que especifica o critério financeiro, tendo em vista que o atual não está permitindo que a lei atinja a sua finalidade social conforme disposto na Constituição e foi regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social e no princípios que a norteiam.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Hermes Arrais. **Benefícios Previdenciários**. 4ª edição. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009.

ANTUNES DAMASCENO, Gioliano; COSTA SOUSA, Mônica Teresa. DESCONTINUIDADE NO CONCEITO DE INCAPACIDADE: REFLEXOS DO PRIMADO DA EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS JUDICIAIS CONCESSÓRIOS DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. **Novos Estudos Jurídicos**, [S.l.], v.

21, n. 1, p. 150-181, abr. 2016. ISSN 2175-0491. Disponível em:
<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/8752>>. Acesso em: 15 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.14210/nej.v21n1.p150-181>.

BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1-42, abr. 2005. ISSN 2238-5177. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618/44695>>. Acesso em: 26 Ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v240.2005.43618>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, de 8.12.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Brasil, Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 567.985/MT.Rel.min.Marco Aurélio,rel.para acórdão min.Gilmar Mendes,Tribunal Pleno, j. 18 abr. 2013, publ. DJ 3 nov. 2013. Disponível em: www.STF.jus.br. Acesso em: 15 nov. 2019.

CARVALHO, Camilo Oliveira. NEOCONSTITUCIONALISMO E DIGNIDADE HUMANA: PARADIGMAS ESSENCIAIS À JUSTIÇA RESTAURATIVA E AO ACESSO À JUSTIÇA. www.publicadireito.com.br > artigos
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b3aa19fe9dc706a3>
publicado em 2013 acesso em 10/08/2019 21:27

CNJ. Relatório 2017/2018
Disponível em:
[https://www.cnj.jus.br > wp-content > uploads > contendo > arquivo > 2018/08](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/contendo/arquivo/2018/08)

DIEESE
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>
acesso em 15 de nov. 2019

Folha de São Paulo. INSS atrasa decisão sobre 720 mil benefícios e sofre ação na Justiça. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/inss-atrasa-decisao-sobre-720-mil-beneficios-e-sofre-acao-na-justica.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FREITAS, Gabriel de Oliveira; RODRIGUES, Wagner. Efetividade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Brasil no Contexto da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e da Constituição Federal. Jus Brasil, 2019. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/74984/efetividade-do-beneficio-de-prestacao-continuada-bpc-no-brasil-no-contexto-da-loas-lei-organica-da-assistencia-social-e-da-constituicao-federal>
em: 18 nov. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Lopes, Felipe Mota. **O requisito da miserabilidade do benefício de prestação continuada da Lei n. 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social)** Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de Direito da Seguridade Social**. 14ª edição São Paulo: Atlas, 2013.

Medeiros, Marcelo; Diniz, Debora; Squinca, Flávia. Transferências de renda para a população com deficiência no Brasil: uma análise do Benefício de Prestação Continuada. Brasília: Ipea, Texto para Discussão n. 1.184, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4782. Acesso em: 28 set. 2019.

Medeiros, Marcelo; Sawaya Neto, Melchior; Granja, Fábio H. A distribuição das transferências, público-alvo e cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Brasília: Ipea, Texto para Discussão n. 1.416, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4948. Acesso em: 28 set. 2019

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994

PONTUAL, Helena Daltro. SENADO FEDERAL
Senado Notícias
Fonte: Agência Senado
<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>
acesso em 27/08/2019

RENNER, Fabio Krejci. A evolução histórica da dignidade humana. JusBrasil, 2016. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2018.

RIBEIRO, Bruno Quiquinato. A dignidade da pessoa humana em Immanuel Kant. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3223, 28 abr. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21605>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. *Direito previdenciário esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SILVA, J. A. da (2001). *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo, Malheiros.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à constituição**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. *Curso de Direito da Seguridade Social*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WANG, Daniel Wei L.; VASCONCELOS, Natália Pires de. **Adjudicação de Direitos e escolhas políticas na assistência social o STF e o critério de renda do BPC**. *Novos estud. CEBRAP* [online]. 2015, n.103, pp.135-151. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201500030007>. Acesso em 12 ago. 2019